

ACTA N° 028/2002

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
CELEBRADA EM NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOIS

UM - INTRODUÇÃO

Aos nove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dois, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas onze horas e trinta minutos, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal estando presentes, para além do Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, os Vereadores Srs. Pedro Lobo Antunes, Mário Mota, Octávio Félix de Oliveira, João Carlos Marques Quaresma de Oliveira e Carlos António Lopes Tomé, comigo, Ana Maria Sobral Carvalho Martins, exercendo as funções de Secretária.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo 18º do C.P.A., a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve.-----

DOIS - CORPO DA ACTA

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

Presidência

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. Eventual contracção de empréstimo para obras Comunitárias.
2. Eventual Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2003.

EVENTUAL CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA OBRAS
COMUNITÁRIAS

O assunto em epígrafe não foi presente, por o processo não se encontrar devidamente instruído.-----

PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO - 2003
APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para o ano 2003.

A proposta de **Orçamento** apresentada ascende tanto na parte da Receita como na da Despesa a quarenta e cinco milhões oitocentos e trinta e cinco mil quinhentos e setenta e cinco euros e onze cêntimos, sendo:

- **Receitas Correntes:** dezassete milhões oito mil e quatrocentos e vinte e dois euros e cinquenta e dois cêntimos.

- **Receitas de Capital:** vinte e oito milhões oitocentos e vinte e sete mil cento e cinquenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos.

- **Despesas Correntes:** dezassete milhões oito mil e quatrocentos e vinte e dois euros e cinquenta e dois cêntimos.

- **Despesas de Capital:** vinte e oito milhões oitocentos e vinte e sete mil cento e cinquenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos.

As Grandes Opções do Plano totalizam trinta e dois milhões oitocentos e cinquenta e seis mil novecentos e vinte e três euros e cinquenta e dois cêntimos, sendo que o Plano Plurianual de Investimentos importa em vinte e seis milhões setecentos e vinte mil cento e noventa e seis euros e sessenta e dois cêntimos e o Plano das Actividades Mais

Relevantes da Gestão Autárquica, em seis milhões cento e trinta e seis mil setecentos e vinte e seis euros e noventa cêntimos.

O **Sr. Vice-Presidente** fez ainda presente a informação do DAF/ DF n.º 158/02, acerca da Previsão da Receita, bem como um mapa resumo dos pedidos de pagamento por receber da A.M.M.T., documentos que se anexam a esta acta (Anexos 1 e 2).

Acerca deste assunto, o **Vereador Sr. Carlos Tomé** declarou o seguinte:

“O Plano de Actividades, agora designado por Plano Plurianual de Investimentos, e Orçamento devem ser documentos de rigor e profundamente confiáveis, de forma a que possam ser cumpridos senão na totalidade, pelo menos na sua grande parte.

As obras que se fazem constar no Plano devem ser realizadas. As verbas que se prevê arrecadar ou despender na realização das obras e dos projectos devem ser realistas. Mas, infelizmente, não é isto que tem acontecido nos últimos anos. O Plano de Actividades não tem passado de um enorme rol de obras cuja realização se reputa de necessária para o município mas que se vão arrastando de ano para ano à espera de melhores dias. No campo orçamental o que tem acontecido é o empolamento sistemático e exageradíssimo de algumas rubricas na perspectiva de cobrir as despesas previstas. Empolam-se sistematicamente algumas rubricas mas no final de cada ano verifica-se que, na realidade, as receitas efectivamente arrecadadas são muitíssimo inferiores às previstas e daí que a obra não se possa realizar.

Donde, cerca de metade do que se faz constar em Plano não se consegue concretizar. Relativamente ao ano de 2002, a execução financeira anual foi apenas de 34,97% e a execução física foi de 65%, valores muito abaixo do que seria desejável. Por outro lado, já se arrastam obras em Plano desde há largos anos e sem que até hoje se tenha feito um esforço para as concretizar. Mas, entretanto, surgem outras obras ou projectos que, quase por artes mágicas, são realizadas em pouquíssimo tempo, e sem qualquer arrastamento em Plano. E daí que tais documentos estejam completamente desacreditados e com eles os órgãos que os elabora e aprova. Trata-se de uma situação para a qual já ando a chamar a atenção desde o início do mandato de 1994/1997, mas sem grandes resultados.

No Plano Plurianual de Investimento e Orçamento de 2003, as coisas não são substancialmente diferentes e as mazelas e defeitos já apontados anteriormente mantêm-se. Em

todos os anos assistimos ao mesmo cenário: os documentos são apresentados como os mais rigorosos de todos, mas depois, aquando da análise da Conta de Gerência e do Relatório, verificamos que as perspectivas de realização ficaram muito aquém do previsto e que as verbas previstas ficaram também muito longe das orçamentadas.

Nos últimos anos, em face das evidentes dificuldades financeiras, tem sido prometida uma gestão municipal de rigor numa perspectiva de cumprimento adequado do planeado e orçamentado, com promessas de redução de despesas em todos os sectores. Mas desta vez, parece que a situação é ainda mais preocupante, havendo mais dificuldades financeiras para cumprir o constante do Plano. Diz o Presidente, na memória descritiva do documento, que existem “*dificuldades financeiras que nos são impostas, quer pela realidade financeira municipal, quer pela conjuntura económica, quer ainda pelas medidas restritivas que o governo impôs e que de todos são conhecidas*”.

Até posso concordar com estas afirmações, mas se elas são verdadeiras e indesmentíveis, então haveria que implementar medidas urgentes tendentes a ultrapassar a situação, mediante a definição de um adequado e coerente plano de controle financeiro, com redução substancial das despesas e adequação da realidade municipal a tais dificuldades.

É que a Câmara vive muito acima das suas possibilidades e haveria que ser coerente em todos os aspectos da vida municipal. A Câmara não pode continuar a dizer que tem dificuldades financeiras e a agir na prática como se não as tivesse e vivesse no melhor dos mundos. Nesta perspectiva, já formulei sobre o assunto diversos comentários críticos durante os últimos 8 anos e apresentei algumas propostas de salvaguardas do desejável equilíbrio da situação financeira do município, a última das quais há uma semana, propostas essas que foram sempre rejeitadas pela maioria. Assim se conclui que uma coisa é o discurso e outra a prática.

Ora, se analisarmos o Orçamento proposto verificamos que não existe qualquer medida de controle financeiro e de redução de custos, que salvguarde uma gestão rigorosa e adequada às tais dificuldades financeiras. Não se observam quaisquer cortes significativos em sector algum.

Aliás, acontece precisamente o contrário, a dotação orçamental para o ano 2002 era de 44.212.252 euros e agora é de 45.835.575 euros, apresentando um aumento de 1,623 milhões de euros. Inclusivamente no sector onde os cortes deveriam ser significativos, o sector da despesa corrente, acontece precisamente o contrário, isto é, verifica-se um aumento de 13.722.300 euros

em 2002 para 17.008.422 previstos no Plano de 2003, o que significa um acréscimo de 3,286 milhões euros.

Mas a rubrica no Orçamento que está verdadeiramente empolada é a “*venda de bens de investimento*”, designadamente a venda de terrenos, na qual se prevê arrecadar 9.649.409 euros, quando no ano de 2002 estava previsto sensivelmente o mesmo valor e apenas se arrecadaram 27.000 euros. Acresce que já no ano de 2001 estiveram previstos mais de 8 milhões de euros e não se arrecadou um único tostão ou euro. Apenas por este exemplo se pode verificar qual é a verdadeira dimensão do empolamento orçamental.

Se no ano de 2002, apenas se arrecadaram 21.312.184 euros, ou seja 46,1% do previsto no orçamento, para o ano de 2003, o panorama não deve ser muito diferente, ou será ainda pior tendo em conta o já referido.

Daí que o orçamento não apresente o rigor necessário nem seja minimamente realista.

No que toca ao Plano a situação não é muito diferente, continuando a trilhar os mesmos erros e a criar as ilusões dos anos anteriores.

Em primeiro lugar diga-se que há obras que já constam em Plano há largos anos, sem que até ao momento se perceba como é possível manterem-se tanto tempo sem realização à vista. Depois diga-se que continua a não se mencionar a data de início e conclusão das obras, o que significa que não existe qualquer definição de prioridades para a respectiva realização.

O plano continua a ser um enorme rol de necessidades ou carências do município, mas cuja realização fica dependente essencialmente da vontade de quem gere a Câmara e tem o poder de decisão quanto ao momento de realização o que dá um grande poder de discricionariedade. A Câmara nunca em momento algum debateu ou analisou um plano realista de realização de obras com definição de verbas e de prioridades tendo em conta a globalidade das obras a realizar para o todo concelhio e as contingências financeiras do município. Aliás, aquando da discussão das Grandes Opções do Plano tive ocasião de tecer várias críticas ao citado documento, muitas delas neste sentido, tendo afirmado na ocasião “*Não vislumbro neste documento uma visão estratégica global para o concelho, com o traçar de um caminho definido para se atingirem determinados objectivos, nem uma definição concreta das prioridades de investimento.*”

Como as verbas não chegam para grande parte das obras previstas, então algumas terão que ficar para trás. Só não se sabe quais são, pois a necessária definição de prioridades e a indispensável determinação das opções fundamentais não está feita. A este respeito, a única

conclusão que se consegue retirar do PPI é que se mantém a aposta de investimento em grandes obras localizadas na cidade, estratégia essa que se tem vindo a acentuar nos últimos anos.

Por outro lado, sectores tão importantes ou mesmo fundamentais como o saneamento básico não merecem a devida atenção, mantendo-se as escassas ou nulas perspectivas de concretização de algumas obras que já se vêm arrastando em sucessivos planos de actividades sem bom termo à vista. Apenas a título de exemplo, referem-se os casos do sistema de saneamento em Parceiros de S. João, Árgea, Pedrógão, Boquilobo, Chancelaria, Outeiro Grande, Assentis, Casais de Igreja, Liteiros e Mata.

Também o sector do planeamento urbanístico não tem o destaque devido, mantendo-se a falta de apostas sérias neste domínio. Outro dos domínios fundamentais que não merecem uma aposta séria é o da recuperação dos centros históricos de Torres Novas e Lapas, cuja situação de degradação e abandono justifica plenamente um plano de intervenção urgente com medidas concretas e profundas.

Em suma, pela análise do PPI e Orçamento para 2003, conclui-se que se mantém uma visão irrealista e pouco rigorosa destes documentos, que são documentos fundamentais de gestão do município e que deveriam nortear a sua intervenção de forma séria e coerente tendo em conta as suas dificuldades financeiras.

Não se poupa nos sectores onde tal se deveria verificar, mantém-se projectos megalómanos e muito dispendiosos, juntamente com outros em que a despesa não é frutífera. Apesar de estarmos em pleno período de vacas magras, não se vislumbra qualquer intenção de se inverter a tendência despesista dos últimos anos que tem transformado o acessório em fundamental e olvidado as apostas sérias em todo o território concelhio.

Pela análise destes documentos, concluimos que a Câmara pretende continuar a viver muito acima das suas possibilidades, e sem dar mostras de querer trilhar um caminho de contenção nas despesas e de redução de custos, de forma a preparar o futuro com segurança.

Não são seguramente estes os *caminhos do futuro* desejáveis para o município de Torres Novas.”

De seguida, o **Vereador Sr. Octávio Oliveira** fez a seguinte declaração:

“A apreciação do Orçamento para 2003 e Plano Plurianual de Investimentos não pode ser descontextualizada da preocupante situação financeira do município de Torres Novas.

A dívida declarada, e frise-se o declarada, atinge cerca de 24 milhões de euros, qualquer coisa como 4,8 milhões de contos.

Não fossem as alterações ao conceito de capacidade legal de endividamento que tiraram deste cálculo os financiamentos para obras participadas pela união europeia e já o município de Torres Novas tinha ultrapassado a capacidade legal de endividamento.

A participação do município para associar às participações comunitárias está longe de ser o factor explicativo para este endividamento crescente.

Um endividamento que triplicou em 9 anos e que beneficiou da drástica queda das taxas de juro dos empréstimos bancários.

O despesismo e o facilitismo com que as despesas correntes sempre foram encaradas.

A máquina infernal de gastos que este executivo montou com o quadro de pessoal e custos associados.

A confusão entre o essencial e o acessório que caracterizaram alguns dos investimentos públicos.

Os trabalhos a mais, a imagem de marca das ultimas obras.

Estes serão outros factores que contribuiram, em muito, para o triplicar da dívida em 9 anos.

Os documentos em apreciação são mais do mesmo, uma edição actualizada de idênticos documentos de outros anos.

Não são documentos previsionais, instrumentos de gestão, assentes em pressupostos realistas, contendo as prioridades da gestão de recursos públicos.

São documentos irrealistas, que representam uma fuga para a frente, não são documentos sérios, porque não são os pressupostos que lhe estão na base, embora apresentados por gente que considero séria.

A análise da execução de 2002, que terá o seu corolário com a apreciação do Relatório de Actividades e Conta de Gerência, porá em evidência o irrealismo de documentos idênticos de 2002.

No entanto os dados conhecidos permitem evidenciar quando comparamos os valores pagos com a despesa prevista e a receita arrecadada com a receita prevista o irrealismo com que estes documentos previsionais têm vindo a ser tratados.

Os 9,6 milhões de euros previstos como receita em 2002 com a venda de terrenos apenas foram concretizados cerca de 27 mil, a que corresponde um nível de execução de 0,27 %.

Esta é uma situação de permanente reincidência.

Em 2003, para não fugir à regra, está previsto arrecadar uma receita com a venda dos terrenos de 9,7 milhões de euros.

Este artificialismo, o mais evidente e notório, acontece porque é necessário, em matéria de orçamento, arranjar receitas para equilibrar com as despesas.

O pior vem depois, quando as receitas não se concretizam, mas as despesas acontecem.

Em especial as despesas inúteis, sem geração de bem estar para o futuro, as despesas correntes, o alimentar da máquina.

E quando não acontecem as receitas previstas e as despesas acontecem, o resultado tem sido sempre o mesmo, o crescente endividamento.

O irrealismo do orçamento não aumenta relativamente a 2002.

No orçamento a receita total prevista (45,8 milhões de euros) está abaixo 0,9 % da receita total prevista para 2002 (46,2 milhões de euros).

A despesa total prevista (45,8 milhões de euros) está abaixo 0,9 % da despesa total prevista para 2002 (46,2 milhões de euros).

O que é preocupante e grave é que a previsão de despesas correntes, as que não representam investimento, onde estão os gastos inúteis, no montante de 17 milhões de euros, representam relativamente a idêntica previsão para 2002, (14,2 milhões de euros) um agravamento de cerca de 20 %.

Ao invés a previsão das despesas de capital, identificadas com o investimento e a realização de obras, em 2003 (28,8 milhões de euros) representa uma diminuição de 11 %, relativamente a idênticos valores provisionais de 2002 (32,065 milhões de euros).

È clara a opção que o orçamento revela, pelos gastos correntes, de duvidosa rendibilidade social, mas que o sistema gerado pela actual gestão carece para se alimentar.

As despesas com pessoal previstas para 2003 (7,126 milhões de euros) representa um crescimento de 10,8 % relativamente aos valores previstos para 2002.

Na mesma linha a previsão de aquisição de bens e serviços, com um crescimento de 18,3 %.

O Plano Plurianual de Investimentos de 2003 também não acrescenta irrealismo a idêntico documento de 2002.

A dotação de 2003, 26,7 milhões de euros, está reduzida em 17 % relativamente a idênticos valores provisionais para 2002, 32,065 milhões de euros.

Em suma, mantêm-se os níveis de irrealismo das previsões de investimento e das despesas de capital e dá-se um sinal claro, pelo reforço da previsão nas despesas correntes, da vontade em não controlar os custos e não prosseguir uma gestão de rigor.

No plano dos investimentos não poderemos deixar de comentar a decisão em não investir no saneamento básico, confiando a outras soluções, que não exijam fundos municipais, a concretização de situações há muitos anos adiadas como sejam Lamarosa, Árgea, Alcorochel, Pedrogão, Rexaldia ou Mata.

Igualmente, não nos revemos, em opções de investimento e de prioridades que vão acelerando a ruptura da coesão territorial do concelho, pelo que o voto dos vereadores do Partido Social Democrata não pode ser outro, que a rejeição destes documentos.”

O Sr. Vice-Presidente interveio nos seguintes termos:

“Pelo segundo ano consecutivo apresentamos o Plano de Actividades e Orçamento baseados na legislação do POCAL, situação nada fácil para as autarquias, já que são métodos contabilísticos completamente diferentes dos anteriores, sobretudo em conceitos de classificação. Esta difícil transição, já esclarecida no ano transacto, terá, no nosso entender e de muitas outras autarquias que contactámos, que passar por um período de adaptação, desejavelmente compreensível por todos os autarcas e pelas instâncias governamentais que o implantaram.

Este Orçamento para 2003, contabilisticamente organizado pelos Serviços, seguindo o Dec. Lei 54-A/99 de 22/02 e alterações ao mesmo, apresenta apenas como extra-serviços e da responsabilidade política e justificada, a venda de bens de investimento (Terrenos), com uma verba igual à do ano transacto apesar da Câmara já possuir mais terrenos via cedências em loteamentos desde 2001 e da recente aquisição de terrenos para a expansão da Zona Industrial, e ainda a aposta convicta na total revisão do processo de abastecimento de água e saneamento, que propomos passe para uma gestão privada e controlada pelo município.

Custou-nos ouvir tanta imprecisão de números apresentados pelos vereadores do PSD e CDU. Em relação ao Vereador Carlos Tomé, a eterna demagogia política e a subjectividade de se agarrar às percentagens e números mais desfavoráveis omitindo os outros. Quanto às intervenções dos Vereadores Octávio e João Quaresma, muito mais grave, a desactualização completa dos valores invocados. O próprio Dr. Octávio afirmou que se baseou em dados de Outubro/ 2002, o que é lamentável. Não conseguimos entender como se defendem dados contabilísticos, com um atraso de 3 meses. E seria tão fácil ter pedido elementos mais actualizados ou esclarecimentos ao nível técnico.

Damos como exemplo o ter considerado ter havido um aumento de cerca de 600.000 euros na previsão das Despesas Correntes para 2003, omitindo por completo que a nova filosofia do POCAL obrigou a transferir algumas rubricas antigamente consideradas como de Capital para despesas Correntes. Nomeadamente, a conservação e reparação de escolas, as matérias primas e subsidiárias, os contratos de tarefa e avença, as peças e material de transporte, toda a conservação de bens, as ferramentas e utensílios, o pagamento mensal à RESIN que recolhe os lixos, etc. Se quisessem ter tido o trabalho deste esclarecimento, concluiriam que o orçamento reflecte afinal uma tremenda contenção nas despesas correntes. Toda a oposição falou na dívida. Claro que é um facto que nos preocupa a todos. Mas encaremos com verdade os números e nós alertamos a Câmara na última reunião para alguns dados, nomeadamente, 2 milhões de euros que ainda não foram utilizados em termos de empréstimos e cerca de um milhão de euros que iremos receber, em princípio antes de 31 de Dezembro, da Unidade de Gestão dos fundos comunitários e que obrigatoriamente terão que ser pagos no prazo de 10 dias aos respectivos empreiteiros. E já agora, porque não, em conjunto e a bem da situação financeira do município, porque não criticar a política de gestão do actual governo que está a inviabilizar o recurso a empréstimos bancários específicos para todas as autarquias deste país e que nos permitiria regularizar, dentro da nossa capacidade de endividamento, a dívida a empreiteiros e fornecedores?

Não entendemos a dramatização invocada, dando um saldo negativo da gestão de 2002 e sobretudo das receitas que tínhamos previsto arrecadar. Quase todas as rubricas foram ultrapassadas. No passado dia 6 de Dezembro, a evolução da receita e despesa, apresentava um resultado positivo de 144.674,00 Euros, sinal do equilíbrio financeiro do Município.

Mas se compararmos algumas receitas, entre o valor orçamentado para 2002 e o efectivamente realizado, encontramos sinais de que o panorama não é tão sombrio quanto o querem pintar. Se não vejamos algumas rubricas:

- Contribuição Autárquica - subiu 3%
- Impostos S/ Veículos - subiu 6%
- Imposto Municipal Sisa - Subiu 19,8%
- Mercados e Feiras - subiu 27%
- Multas, resultado duma fiscalização mais apurada - subiu 659,4%

Alguns destes exemplos permitem concluir uma boa situação de arrecadação de receita, que acabaria por representar em termos de receitas correntes em 6 de Dezembro passado, uma percentagem de 83, 4% do previsto para o ano em curso. Em termos de despesas correntes e na mesma data, reflectiu uma percentagem de 74,5% de execução, ao contrário do referido pelo Dr. Octávio. E estamos a referir-nos a dados fornecidos oficialmente pela Contabilidade, como poderão confirmar pelos mapas divulgados.

Já em balancete de Plano de Actividades e sua execução até 6 de Dezembro de 2002, os compromissos assumidos apontam para 65% de concretização, para já, mais 3% que em 2001 e em termos cabimentais para 68%, mais 5% que em 2001.

Se tomarmos em consideração que apesar do governo só ir transferir em termos de FEF para as autarquias mais 3,3% do que em 2002, a percentagem mais baixa de há vários anos a esta parte, assumimos suplantarmos esta percentagem na transferência para as nossas Juntas de Freguesia e ainda mais 75.000,00 euros para distribuir pelas mesmas para aluguer de máquinas, e de sentirmos segurança na gestão financeira das muitas obras que se irão desenvolver na cidade e no concelho a vários níveis, num clima nacional um pouco desencorajador em termos de investimentos, teremos que concluir que estamos perante um excelente Orçamento para 2003 e para o qual pedimos a melhor colaboração de todos para que se concretize a 100%.

Concluimos reafirmando que estamos perante um Orçamento onde se manifesta um aumento significativo no investimento e de substancial redução nas despesas correntes.”

Deliberação N° 744 (09/12/2002):

Submetidas a votação as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para o ano 2003, foram as mesmas aprovadas, por maioria absoluta, com quatro

votos favoráveis do Sr. Presidente, do Sr. Vice-Presidente e dos Vereadores Srs. Lobo Antunes e Mário Mota e três votos contra dos Vereadores Srs. Octávio Oliveira, João Carlos Quaresma e Carlos Tomé.

As propostas ora aprovadas vão ser submetidas à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na al. c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11/1.-----

Esta acta foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

O **Sr. Presidente** declarou encerrada a reunião pelas treze horas, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Assistente Administrativo Especialista, a
redigi, subscrevo e vou assinar juntamente com o Excelentíssimo Presidente.-----